

CONTEXTO JURÍDICO

Ministra Rosa Weber participa de reunião no Palácio do Planalto sobre segurança nas escolas

A adoção de medidas inte-gradas para ampliar a segurança nas escolas foi tema de reunião com presidentes dos Poderes da República, ministros, governa-dores, prefeitos e outras autori-dades na manhã de terça-feira (18) no Palácio do Planalto.

A ministra Rosa Weber, pre-sidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para-benizou a iniciativa, se solidari-zou, em nome do Poder Judiciá-rio, com as famílias de vítimas de violência nas escolas e afir-mou que o CNJ tem condições de auxiliar tecnicamente com ações de combate à violência no ambiente escolar.

A ministra citou programas do CNJ voltados à proteção da criança e ao manejo de medi-das socioeducativas, que podem

contribuir para enfrentar a ques-tão, pois tem-se verificado o en-volvimento de adolescentes em atos de violência. “Além da so-lidariedade do Poder Judiciário às famílias das vítimas, temos condições, sim, de colaborar, em especial no CNJ, com órgãos técnicos que têm todas as con-dições de enfrentamento a esse tema tão complexo e multidisci-plinar, com o manejo de medi-das socioeducativas”, afirmou a ministra.

Terra de ninguém - Em nome da Justiça Eleitoral, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Ale-xandre de Moraes, destacou o papel e a necessidade de respon-sabilização e regulamentação das redes sociais e das platafor-mas sobre os conteúdos que ne-las circulam.

STF mantém afastamento de juíza denunciada na Operação Faroeste

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou liminar contra decisão do Su-perior Tribunal de Justiça (STJ) que havia prorrogado o afastamento da juíza de Direito Marinalva Almeida Moutinho. A decisão foi proferida no Habeas Corpus (HC) 226653.

Venda de decisões - A juíza foi afastada em outubro de 2019, no âmbito de ação penal decorrente dos desdobramentos da chamada Opera-ção Faroeste, relativa a um esque-ma de compra e venda de decisões judiciais na Bahia para legitimação de terras no oeste do estado. **Anteci-pação da pena** - No habeas corpus

ao Supremo, a defesa da magistrada alega que a manutenção do afasta-mento do cargo, já prorrogado qua-tro vezes, caracteriza antecipação da pena. Aponta também supostas falhas processuais na ação em curso no STJ, que teriam limitado o direito de defesa da juíza. **Ação em curso** - Contudo, o ministro Fachin não verificou ilegalidade flagrante que justificasse a concessão da liminar. Ele assinalou que, de acordo com os autos, a prorrogação do afastamento do cargo da juíza e de desembarga-dores do TJ-BA foi prorrogada por-que ainda estão presentes os moti-vos que justificaram a medida.

STJ autoriza PF investigar governador Cláudio Castro pelo crime de corrupção

O ministro Raul Araújo, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), atendeu a pedido da Pro-curadoria-Geral da República (PGR) e autorizou a Polícia Fe-deral (PF) a abrir um inquérito para investigar o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), pela suposta participação em um esquema de corrupção que teria vigorado entre 2017 e 2020, época em que ele era ve-reador e vice-governador. Cas-tro foi reeleito no primeiro turno em 2022.

A denúncia envolve supos-tos crimes de organização cri-minosa, fraude em licitações, corrupção ativa e passiva, lava-gem de dinheiro e peculato que teriam sido cometidos por Cas-tro na administração da capital fluminense, quando era vereador, e depois no governo do Rio. O mandatário negar ter cometi-do crime e afirmou, por meio de sua assessoria de imprensa, que está processando quem o acusou em delação.

A investigação contra Castro começou no Estado e decorre da Operação Catarata. A ação foi deflagrada em julho de 2019 e apurou um suposto esquema de corrupção na Fundação Leão XIII, órgão do governo do Es-tado do Rio responsável por po-líticas de assistência social. Os desvios teriam causado prejuízo de pelo menos R\$ 32 milhões aos cofres públicos. Em agosto de 2020, o Ministério Público do Estado do Rio (MP-RJ) de-nunciou 25 pessoas pelos supos-tos crimes. O processo tramita-

(Foto: EBC)



A denúncia envolve Cláudio Castro em supostos crimes de organização criminosa, fraude em licitações, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e peculato.

va na 26ª Vara Criminal do Rio, mas foi encaminhado ao STJ em julho, depois que um dos réus firmou acordo de delação premiada com o MP-RJ e fez acusações contra o governador - que só pode ser julgado pelo STJ.

O delator é o empresário Marcus Vinicius Azevedo da Silva. Segundo contou ao MP-RJ, ele ajudou a financiar a campanha de Castro a vereador no município do Rio, em 2016, e após sua eleição tornou-se assessor dele na Câmara Muni-cipal. Silva diz que Castro re-ncebeu propina em contratos da prefeitura do Rio quando era ve-reador, em 2017. Segundo ele, o dinheiro foi desviado da então Subsecretaria da Pessoa com Deficiência (SubPD).

“(…) Dois contratos na SubPD passaram a dar capital político e propina para o então vereador Cláudio Castro lá na SubPD, em 2017 pra 2018”, afirmou o delator ao MP-RJ.

Ao se eleger vice-governa-dor na chapa de Wilson Witzel e assumir o cargo, em janeiro de 2019, Castro passou a gerir a Fundação Leão XIII. A partir de então, segundo Silva, o gover-nador passou a integrar um es-

quema de corrupção em projetos de assistência social.

“(Castro) foi fazer uma via-gem com a família pra Orlando. Ele, a atual primeira-dama, os filhos, cunhado, foi uma galera junto. Parte dos recursos que pagaram a viagem do Cláudio e da família lá em Orlando saiu dos cofres, da contabilidade do (programa da Leão XIII) “Novo Olhar” e foi direto pra Orlando. Quando ele chegou lá, o dólar tava lá. Não precisou sacar aqui. A pessoa só chegou e entregou pra ele. Na época foi o equiva-lente a 20 mil dólares, se eu não me engano”, afirmou o delator.

Presidente do STF se manifesta sobre 100 dias dos atos de vandalismo ao edifício-sede da Corte



(Foto: STF)

Ministra Rosa Weber destacou que não houve um momento sequer, desde os ataques, em que a Suprema Corte tenha deixado de cumprir sua missão de guardar a Constituição.

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), mi-nistra Rosa Weber, afirmou, terça-feira (18), ao lembrar os 100 dias dos ataques à sede da Corte, que a data não pode ser esquecida para que “nunca mais se repita”.

Após 100 dias dos atos de vandalismo, o STF concluiu, nesta terça-feira, as obras de re-construção do 2º pavimento do prédio principal danificado na invasão de 8 de janeiro, onde fica o Salão Nobre da Corte, o

que representa a reconstrução total do prédio. “Destaco inte-gralmente reconstituído o pré-dio histórico do Supremo Tribu-nal Federal”, disse a presidente.

Confira abaixo a íntegra da manifestação da ministra.

100 dias do 8 de janeiro Violência que jamais será esquecida

“Neste 18 de abril de 2023, completam-se exatos cem dias do 8 de janeiro – o Dia da Infâmia -, em que milhares de cri-minosos, movidos por ódio e ir-

racionalidade, atacaram com ex-tremada violência as instalações dos Três Poderes da República.

Naquela triste tarde da nos-sa história, o prédio-sede desta Casa foi brutalmente invadido e depredado, na tentativa - ab-solutamente frustrada - de aniqui-lação da mais alta Corte brasi-leira, como se a destruição - sem precedentes - da coisa pública pudesse igualmente arruinar os valores constitucionais que o Supremo Tribunal Federal pro-tege e representa.

Decisão reafirma que aumento da alíquota de PIS/Cofins entra em vigor 90 dias após decreto

O Supremo Tribunal Fede-ral (STF) reiterou que decretos que diminuam os coeficientes de redução da alíquota de con-tribuição do Programa de Inte-gração Social (PIS) e da Con-tribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre combustíveis distribuídos e importados, ainda que dentro dos limites legais, devem obser-var a anterioridade de 90 dias (nonagesimal), por se tratar de majoração indireta de tributo.

A decisão foi tomada no Recurso Extraordinário (RE) 1390517, que teve repercussão geral reconhecida (Tema 1247) e mérito julgado no Plenário Virtual.

No caso dos autos, o Tri-bunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), ao julgar ape-lação de empresas de comér-cio atacadista de combustíveis, assegurou a possibilidade de restituição dos recolhimentos realizados no intervalo de 90 dias que se seguiu à publica-ção dos Decretos 9.101/2017 e 9.112/2017. Segundo a corte regional, a lei que majora tribu-to é obrigada a observar ante-rioridade nonagesimal, e esse mesmo entendimento deve ser aplicado aos decretos que resul-taram em aumento no valor do tributo.

No recurso ao Supremo, a União defendeu que não houve

instituição nem majoração dos tributos, mas apenas um redi-mensionamento da cobrança. Assim, a diminuição do coefi-ciente de redução das alíquotas do PIS e da Cofins não se sujeita à anterioridade em questão.

Anterioridade nonage-simal - Ao se manifestar pelo reconhecimento da repercus-são geral, a presidente do STF, ministra Rosa Weber, ressaltou que a matéria tem acentuada repercussão jurídica, social e econômica, com efeitos nas relações econômicas entre con-tribuintes e a administração tri-butária federal, ultrapassando o interesse subjetivo das partes do recurso.

MAC-DO Administração e Participações S.A.									
CNPJ nº 23.540.983/0001-15									
Relatório da Administração:									
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da MAC-DO Administração e Participações S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras completas estão arquivadas na Sede da Companhia, à disposição dos senhores acionistas, e no seguinte endereço eletrônico: https://www.diariodenoticias.com.br/index.php/pi/newspaper . Fortaleza, 20 de abril de 2023.									
Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais)									
Ativo Circulante					Passivo Circulante				
Caixa e equivalentes a caixa	2022	2021			Fornecedores	2022	2021		
Dividendos a receber	83.209	22.170			Tributos a recolher	55	46		
Tributos a recuperar	541	183			Dividendos a pagar	60.125	39.860		
Outros	84	84			Outras contas a pagar	3.325	3.321		
Total do ativo circulante	85.443	26.082			Total do passivo circulante	63.507	43.244		
Não circulante					Não circulante				
Aplicações Financeiras	1.717	3.074			Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.669	1.554		
Partes relacionadas	19.881	43.786			Total do passivo não circulante	1.669	1.554		
Impostos e contribuições sociais a compensar	268	268			Patrimônio líquido				
Propriedades para Investimentos	5.054	4.718			Capital social	199.043	199.043		
Investimentos	569.055	424.930			Reserva de Reavaliação	1158	1.133		
Imobilizado	5	10			Ajustes de avaliação patrimonial	28.058	18.709		
Total do ativo não circulante	595.980	476.786			Reserva de lucros	387.988	239.185		
Total do ativo	681.423	502.868			Total do patrimônio líquido	616.247	458.070		
					Total do Passivo e Patrimônio líquido	681.423	502.868		
Demonstrações de Resultados em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais)									
2022					2021				
Receitas (despesas) operacionais					Receita (despesas) financeiras líquidas	4.739	1.525		
Receitas de aluguéis, líquidas					Resultado antes dos impostos	277.111	81.348		
Despesas gerais e administrativas	(2.106)	(2.329)			Imposto de renda e contribuição social				
Honorários da administração	(4)	(5)			Corrente	(624)	105		
Resultado de equivalência patrimonial	204.504	82.403			Diferido	(114)	-		
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	(21)	(246)			Lucro líquido do exercício	276.373	81.453		
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	272.372	79.823			Lucro líquido por ação - R\$	38,21	11,26		
Receitas financeiras e impostos					Quantidade de ações em circulação no final do exercício:	7.232.570	7.232.570		
Receitas financeiras	5.580	2.092			Ordinárias	2.922.028	2.922.028		
Despesas financeiras	(841)	(567)			Preferenciais	4.310.542	4.310.542		
Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais)									
2022					2021				
Fluxo de caixa das atividades operacionais					Imposto Corrente pagos	(738)	-		
Lucro líquido do exercício	207.111	81.348			Outras contas a pagar	(10)	(65)		
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais					Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	25.939	(1.603)		
Depreciação	5	5			Fluxo de caixa de atividades de investimentos				
Equivalência patrimonial	(204.504)	(82.403)			Investimentos				
Ganho/ Perda por aumento de capital	(1)	411			Resgates de aplicação financeira	1.077	-		
Custo de investimentos baixados	13	-			Caixa líquido gerado pelas (aplicado) nas atividades de investimentos	1.077	-		
Imposto de renda e contribuição Social Diferidos	114	-			Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	(5.146)	(1.707)			Adiantamento para futuro aumento de capital	(130)	(93)		
Ajustes a valor justo de propriedade para investimentos e dos instrumentos financeiros derivativos	(335)	-			Dividendos Distribuídos	(28.921)	(95)		
	(2.743)	(2.346)			Caixa líquido gerado pelas (aplicado) nas atividades de financiamentos	(29.051)	(188)		
Decréscimo (acréscimo) de ativos					Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	(2.035)	(1.791)		
Partes relacionadas	29.327	(28.065)			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.645	5.436		
Impostos e contribuições sociais a compensar	(354)	273			Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.610	3.645		
Dividendos Recebidos	448	28.066			Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(2.035)	(1.791)		
Outros créditos	-	601							
Acréscimo (decréscimo) de passivos									
Tributos a recolher	9	(67)							
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais)									
2022					2021				
Capital Social	199.043	199.043	Reserva de Lucros		Capital Social	199.043	199.043	Reserva de Lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2020			Reserva Legal	26.107	Saldos em 31 de dezembro de 2020			Reserva Legal	26.107
Realização da reserva de reavaliação e custo atribuído	-	-	Reserva de Lucros	147.583	Realização da reserva de reavaliação e custo atribuído	-	-	Reserva de Lucros	147.583
Lucro líquido do exercício	-	-	Ajuste de Avaliação Patrimonial	32.745	Lucro líquido do exercício	-	-	Ajuste de Avaliação Patrimonial	32.745
Ajuste Conversão Cambial Reflexo	-	-	Obrigações de Benefícios Definidos - Pós Emprego	-	Ajuste Conversão Cambial Reflexo	-	-	Obrigações de Benefícios Definidos - Pós Emprego	-
Ajuste reflexo de mensuração de plano de benefício definido	-	-	Outros Resultados Abrangentes	-	Ajuste reflexo de mensuração de plano de benefício definido	-	-	Outros Resultados Abrangentes	-
Destinação do lucro	-	-	Lucros Acumulados	-	Destinação do lucro	-	-	Lucros Acumulados	-
Constituição de reserva legal	-	4.072	Total	392.944	Constituição de reserva legal	-	4.072	Total	392.944
Dividendo mínimo obrigatório	-	-			Dividendo mínimo obrigatório	-	-		
Retenção de lucros	-	-			Retenção de lucros	-	-		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	199.043	30.179		29.358	Saldos em 31 de dezembro de 2021	199.043	30.179		29.358
Realização da reserva de reavaliação e custo atribuído	-	-			Realização da reserva de reavaliação e custo atribuído	-	-		
Lucro líquido do exercício	-	-			Lucro líquido do exercício	-	-		
Ajuste Conversão Cambial Reflexo	-	-			Ajuste Conversão Cambial Reflexo	-	-		
Ajuste reflexo de mensuração de plano de benefício definido	-	-			Ajuste reflexo de mensuração de plano de benefício definido	-	-		
Destinação do lucro	-	-			Destinação do lucro	-	-		
Constituição de reserva legal	-	9.629			Constituição de reserva legal	-	9.629		
Dividendo mínimo obrigatório	-	-			Dividendo mínimo obrigatório	-	-		
Retenção de lucros	-	-			Retenção de lucros	-	-		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	199.043	39.808		29.217	Saldos em 31 de dezembro de 2022	199.043	39.808		29.217
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras									
1. Contexto Operacional: A MAC-DO Administração e Participações S.A. é uma Sociedade Anônima de capital fechado e tem por objeto a participação no capital de empresas; a administração de bens e valores; a compra e venda de imóveis, bem como a representação por conta própria ou de terceiros e consignações. 2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de imobiliárias. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando requerido em legislação complementar. 3. Moeda									
Funcional e de Apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. 4. Mudanças das Práticas Contábeis em Relação ao Exercício Anterior: As demonstrações financeiras atuais são consistentes com as do ano anterior, portanto não existiu nenhuma norma ou interpretação que resultasse em mudança de prática contábil. 5. Políticas Contábeis Críticas e as Discricionárias: As práticas contábeis utilizadas são aquelas emanadas dos princípios, postulados e convenções contábeis e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. 6. Eventos Subsequentes Relevantes: Não ocorreram eventos subsequentes favoráveis ou desfavoráveis entre a data das demonstrações contábeis e a data da autorização da emissão das demonstrações contábeis, e nem existem indícios desses acontecimentos.									
Composição da Diretoria									
Roberto Proença de Macedo Diretor Presidente			Amarílio Proença de Macedo Diretor			Manoel Dias de Macedo Neto Diretor			
Contador									
Raimundo Nonato da Costa - CRC - CE 5942/O-7									
As demonstrações financeiras completas encontram-se na sede da Companhia.									

